



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA VOLUNTÁRIA – PICVOL

**Revisitando o Passado: Edição Filológica de Textos Manuscritos  
e Impressos de Escritores Sergipanos**

**Reedição de “A Língua Nacional”, de João Ribeiro, à luz da  
Filologia**

Área de conhecimento: Letras  
Subárea do conhecimento: Língua Portuguesa  
Especialidade do conhecimento: Crítica Textual

Relatório Final  
Período da bolsa: agosto de 2020 a agosto de 2021

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica  
PICVOL

Autor: Thiago de Santana Silva  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Renata Ferreira Costa Bonifácio

## Sumário

1.	Introdução .....	2
2.	Objetivos.....	2
3.	Metodologia.....	3
4.	Resultados e discussões .....	4
4.1.	Fundamentação teórica .....	4
4.2.	Apontamentos sobre vida e obra de João Ribeiro .....	7
4.3.	Descrição do <i>corpus</i> .....	12
4.4.	A Língua Nacional – Notas aproveitáveis.....	12
4.5.	Normas de transcrição .....	18
5.	Transcrição de algumas páginas, à título de exemplo .....	19
6.	Conclusões.....	21
7.	Perspectivas de futuros trabalhos .....	21
8.	Referências bibliográficas .....	21
9.	Outras atividades .....	23

## 1. Introdução

O projeto de pesquisa “Revisitando o passado: Edição Filológica de textos manuscritos e impressos de escritores sergipanos” tem por objetivo a edição de textos éditos ou inéditos, do início do século XX, de escritores sergipanos. Na primeira fase do projeto (2019/2020), visamos a produção de uma edição filológica do livro *O Elemento Negro*, de João Ribeiro. Nesta segunda fase (2020/2021), editamos *A Língua Nacional*, do mesmo autor.

O presente relatório ocupa-se da descrição dos procedimentos executados no plano de trabalho intitulado “Reedição de ‘A Língua Nacional’, de João Ribeiro, à luz da Filologia”, a partir da discussão teórico-metodológica que fundamenta este estudo, com base nos trabalhos de Spina (1977), Cambraia (2005), Spaggiari e Perugi (2004), Basseto (2000), Cunha (2004), Castro (1995), Houaiss (1983), Ferreira (2016), entre outros. Além disso, para esta pesquisa, é fundamental a perscrutação de dados biobibliográficos de João Ribeiro, visto que eles ajudam a contextualizar o nosso *corpus* na produção escrita do autor, em virtude da profusão de sua produção intelectual, não só em estudos linguísticos, mas também históricos, sociológicos, etnológicos, literários etc.

O objetivo final deste plano de trabalho é a reedição da obra supracitada, conforme o rigor metodológico da Filologia. Dessa forma, executamos a recensão<sup>1</sup> das três edições que compõem o *corpus* desta pesquisa, tendo sido publicadas pelas editoras Monteiro Lobato & Cia, em 1921, Companhia Nacional, em 1933, e Vozes, em 1979. Em seguida, procedemos o cotejo das edições, a fim de verificar as variantes existentes entre elas, bem como o processo de transmissão do texto. Por fim, transcrevemos o texto base, adicionando-lhe notas explicativas que elucidem trechos de difícil compreensão, visando à preparação do texto para uma reedição interpretativa, segundo os pressupostos teórico-metodológicos da Filologia; além de um índice remissivo à bibliografia e aos autores citados por João Ribeiro.

## 2. Objetivos

De modo a alcançar o objetivo geral do plano de trabalho, destacam-se os seguintes objetivos específicos:

1. Coletar as edições da obra;
2. Sistematizar informações referentes às edições (metadados);

---

<sup>1</sup> Agradecemos ao professor e historiador Wanderlei de Oliveira Menezes a gentil colaboração nesta pesquisa, por meio do empréstimo da primeira edição de *A Língua Nacional* (1921). Agradecemos também às amigas Yonara Sousa Maltas e Ana Paula Sousa Maltas a disponibilidade de intermediarem o transporte do livro de Itabaiana para Aracaju, em meio à pandemia de Covid-19.

3. Ler e comparar as três edições, elencando e descrevendo suas variantes;
4. Indicar o texto base e transcrevê-lo;
5. Introduzir notas explicativas ao texto transcrito.

### 3. Metodologia

Inicialmente, realizamos a leitura e discussão de bibliografia fundamental sobre os pressupostos teóricos e operatórios da Filologia, especialmente quanto a sua vertente de edição de textos. Posteriormente, iniciamos o trabalho de coleta, por meio de reprodução mecânica (fotografia digital, digitalização), empréstimo e compra, das três edições de *A Língua Nacional*, de 1921, de 1933 e de 1979.

O professor Wanderlei de Oliveira Menezes cedeu o exemplar da primeira edição, de seu acervo pessoal; compramos a segunda edição por intermédio do *site* Estante Virtual; anteriormente ao início do presente plano de trabalho, já tínhamos a reprodução fac-similar da terceira edição, feita a partir de um exemplar do acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, *campus* São Cristóvão. Há, ainda, outra edição publicada em formato digital pela Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil da Universidade Estadual de Campinas, cuja referência indica que o texto seja relativo ao da segunda edição.

De modo a facilitar a organização e estudo do corpus, sistematizamos as informações referentes a cada edição, isto é, seus metadados, tais como: (a) título, (b) autor, (c) gênero textual, (d) organizador da obra; (e) cidade da editora, (f) editora, (g) número e data da edição, (h) número de páginas, (i) elementos da encadernação, (j) instituição depositária do exemplar consultado, quando se aplicar.

Depois disso, as três edições de *A Língua Nacional* foram lidas e cotejadas, de modo que identificássemos e descrevêssemos todas as suas variantes linguísticas e textuais. Esse procedimento contribuiu para a indicação do texto base de transcrição, além da inserção de notas explicativas. Para a transcrição, empregamos, com adaptações, as normas utilizadas por Silva (2007, p. 63–64) para a reedição da obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de André João Antonil. Por último, com a transcrição pronta, inserimos no texto editado notas explicativas para elucidação de palavras, expressões, nomes, datas históricas e demais informações contidas no original.

## 4. Resultados e discussões

### 4.1. Fundamentação teórica

A definição de Filologia não é unívoca, por isso Basseto (2000) disserta a respeito das diferentes acepções desse termo, a fim de elucidar seu caráter polissêmico. O autor explica que, etimologicamente, filologia significa amizade (gr. *philos*) pela palavra (gr. *logos*), ou seja, denominava-se filólogo a pessoa comunicativa, em consonância com a definição de Platão e de Cícero, que atribuíam esse título à pessoa eloquente. Basseto (*ibidem*) ainda indica que Seutônico, Sêneca, Sextus Empiricus, Longino e Sinésio compartilham a opinião de que filólogo é sinônimo de pessoa erudita.

Esse termo, no entanto, deixou de ser corrente a partir do século VI no Ocidente, porém, com a retomada dos estudos de textos clássicos nos séculos XV e XVI, a palavra filologia volta a lume. Nesse período, as línguas vernáculas na Europa consolidaram-se e começaram a ser estudadas com a finalidade de se remontarem as suas origens. Dessa forma, os textos antigos eram estudados com essa intenção por aqueles que se denominavam filólogos. Para proceder a esse estudo, os pesquisadores utilizavam o método histórico-comparativo, cotejando as línguas românicas e o latim, a fim de explicar as alterações fonéticas, morfológicas e sintáticas no processo de formação das línguas neolatinas (BASSETO, 2000, p. 11).

Segundo Cambraia (2005), o trabalho filológico, no âmbito da Crítica Textual, surgiu de maneira rudimentar na Biblioteca de Alexandria (séc. III a I a.C.), cujos bibliotecários eram incumbidos de copiar, traduzir, comentar, corrigir, adicionar glossários e sinais indicativos de alterações e explicar os textos do acervo. Esse labor, no entanto, teve seu método estabelecido apenas no século XIX, por Karl Lachmann.

Os métodos lachmanniano e, posteriormente, neolachmanniano (após as críticas do filólogo italiano Giorgio Pasquali) preveem o estabelecimento do texto crítico a partir das lições variantes presentes nos diversos testemunhos cotejados. As variantes indicam ao filólogo quais testemunhos serviram de base para a escrita das cópias. O editor, então, tenta restituir o texto à última vontade do autor, conforme os critérios de escolha das lições, como a *lectio difficilior* e o *usus scribendi* (SPINA, 1977). Esse trabalho, no entanto, remonta um arquétipo inexistente, pois o texto original escrito por seu autor já não existe mais; essa é a chamada crítica do original ausente.

O filólogo francês Joseph Bédier, por outro lado, rejeitava o método lachmanniano, pois acreditava que a árvore genealógica dos testemunhos se ramificava em duas partes, impossibilitando a escolha com base no critério numérico de lições que se conservam iguais.

Com isso, ele propõe que o critério de escolha do testemunho seja baseado no melhor estado de conservação, e seja publicado quase igualmente ao texto base, apenas com inserção de notas (CAMBRAIA, 2005).

Dentre os diferentes métodos de trabalho a partir da Filologia, o objeto de estudo mantém-se o mesmo: o texto escrito. Inicialmente, os estudiosos da língua atinham-se apenas aos textos literários, pois eles conservam a forma culta de uma língua em determinado território e cultura, sendo utilizados, portanto, na tentativa de traçar as alterações morfofonêmicas das línguas clássicas, que culminaram nas línguas neolatinas.

Os registros não literários, no entanto, também merecem tratamento filológico no estabelecimento do texto, pois novas edições preservam as informações contidas neles, dão-lhes novo suporte, assegurando-lhes maior tempo de vida útil, visto que o conteúdo intelectual é registrado em novo suporte material. Nesse sentido, como salienta Cambraia (2005, p. 19), “a contribuição mais evidente e importante da crítica textual é a recuperação do patrimônio cultural escrito de uma dada cultura”.

A reprodução de um texto varia de acordo com a técnica utilizada para fazê-la. Uma edição fac-similar consiste no uso de equipamentos fotográficos ou xerográficos para reproduzir o texto mecanicamente. Já a edição diplomática tem o objetivo de reproduzir um texto com tipos gráficos iguais aos do modelo original. A edição semidiplomática, por sua vez, minimiza as dificuldades paleográficas por meio de desdobramento de abreviaturas e separação de palavras que foram grafadas juntas. A edição interpretativa é o estabelecimento de um texto a partir de um único testemunho, com um grau máximo de mediação do editor, em operações como o desenvolvimento de abreviaturas, conjecturas, uniformização gráfica e “intervenções que aproximem o texto do que teria sido sua forma genuína” (CAMBRAIA, 2005, p. 97). Por fim, a edição crítica, a partir do confronto de diferentes testemunhos de um mesmo texto, “tem por finalidade restituir ao texto a sua genuinidade, facilitar a sua leitura, torná-lo inteligível, valorizá-lo e permitir à crítica literária o exercício tranquilo de sua tarefa” (SPINA, 1977, p. 80).

Para a realização de uma edição filológica, a primeira etapa é de *recensão*, isto é, a coleta dos testemunhos existentes de um texto, seja manuscrito seja impresso. Em seguida, faz-se a leitura comparativa e anota-se todas as variações existentes entre cada edição – o *cotejo* ou *colação*. Tendo em vista todas as diferenças entre as edições, cria-se uma árvore genealógica da obra, etapa denominada *estemática*, a fim de desvendar qual testemunho dá origem a outros e quais são derivados. Por fim, faz-se a *emenda*, para restaurar o texto à sua forma genuína;

durante essa etapa, descrevem-se as variantes e apresentam-se notas explicativas para elucidar o texto, no *aparato crítico* (AZEVEDO FILHO, 2006; CAMBRAIA, 2005; CASTRO, 1995; SPINA, 1977).

Segundo Spina (1977, p. 130-132), a edição crítica deve ser apresentada precedida por uma Introdução. Nela, deve-se informar a história do texto, seu valor, sua forma de transmissão, a análise das fontes, a árvore genealógica dos testemunhos e descrição detalhada dos critérios adotados para a realização da recensão, colação e emenda. Além disso, deve constar a importância do texto como documento de cultura, questões de autoria e autenticidade, análise da obra conforme seu gênero, tema, linguagem técnica e estilo do autor. Ademais, devem-se aclarar os critérios adotados para a transcrição do texto base e para a sua apresentação material.

Spaggiari e Perugi (2004) destacam que os trabalhos filológicos desenvolvidos no Brasil tendem a conservar o *corpus* como ele se encontra e corrigir apenas as falhas mecânicas. Os autores, no entanto, explicam que a isenção do filólogo frente ao testemunho a ser editado é prejudicial para o estabelecimento do texto, pois induz o leitor a acreditar que a lição oferecida é correta e fiel às intenções do autor, uma vez que tenha sido submetida a sua supervisão.

Nesse sentido, as intervenções do editor são fundamentais para que se reproduza o texto em sua forma genuína, conforme se constate as intenções do autor nas versões manuscritas e rascunhos. Uma edição realizada sob o rigor metodológico da Filologia é, portanto, a mais confiável, visto que as emendas são feitas sob análise, comparação e exegese das lições variantes, além de serem justificadas pelo filólogo no *aparato crítico*.

Em contrapartida, Cunha (2004) chama a atenção do editor para a distinção entre lição autêntica e lição exata dos testemunhos. A primeira refere-se ao que o autor de fato escreveu, ainda que a informação seja errada. A outra refere-se à veracidade da informação, sem importar como foi escrita. Nessa direção, Houaiss (1987) explica que os erros podem ser óbvios ou latentes. A primeira classificação diz respeito às formas que não condizem com quaisquer tradições ortográficas ou que se distanciem do cânone. Já a identificação da segunda apresenta maior grau de dificuldade, pois a lição pode ser gramaticalmente correta, mas não corresponder à vontade do autor ou contrariar o contexto em que está inserida.

Tendo isso em vista, Cunha (*ibidem*) adverte ao editor que os erros mecânicos óbvios devem ser corrigidos, mas os provocados por falha intelectual do autor devem ser mantidos e explicados no *aparato crítico*. Em suas palavras, “O editor [...] pode e deve corrigir os descuidos da pena do autor, mas não pode e não deve em nenhuma hipótese substituir a cultura do autor pela sua” (CUNHA, 2004, p. 332).

Ferreira (2016), por sua vez, aproxima o trabalho do filólogo ao do curador, na medida em que o primeiro tem a responsabilidade de administrar a propriedade intelectual de outrem. O autor salienta que o trabalho de curadoria de textos, realizado de maneira rigorosa e metodológica, é fundamental para que os textos de autores notáveis das letras, artes e ciências sejam compreensíveis ao público geral, e não somente a acadêmicos especialistas da área. Dessa forma, apenas a conservação do suporte material não é suficiente para que o texto seja preservado, visto que, por seu caráter imaterial, a acessibilidade ao produto intelectual depende também de aspectos paleográficos, codicológicos etc.

#### 4.2. Apontamentos sobre vida e obra de João Ribeiro

João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes nasceu na cidade de Laranjeiras, interior do estado de Sergipe, em 24 de junho de 1860. Filho de Manuel Joaquim Fernandes e D. Guilhermina Rosa Ribeiro Fernandes, ficou órfão de pai muito cedo. Em razão disso, foi morar com seu avô, Joaquim José Ribeiro, juntamente com sua mãe e seu irmão mais velho, Júlio Cesar Ribeiro.

João Ribeiro concluiu o ensino primário em sua cidade natal, onde se dedicava também ao estudo de latim, francês e música – ele tocava flauta, piano e órgão. Estudou o ensino secundário no Atheneu Sergipense, em Aracaju. Nessa época, escrevia esporadicamente para alguns jornais locais. Publicou o poema *Colombo e o Novo-Mundo*, no jornal O Americano, em 1877, em homenagem ao seu professor de Geografia, Raphael Arcanjo de Moura Mattos. Em 1879, publicou uma tradução para o francês do soneto *Pálida à luz da lâmpada sombria*, de Alvares de Azevedo, intitulado *La vierge endormie*, em cortesia ao professor de Francês Geminiano Paes, no Jornal de Sergipe. No ano seguinte, no mesmo veículo, publicou um discurso acerca da inauguração da estação telegráfica de Laranjeiras, além do poema romântico *Lucia*. Em 1881, também no Jornal de Sergipe, publicou *Tenebrosa Lux*, poema em memória da filha de seu amigo Luiz Alves de Oliveira Bello, cujo nome não é revelado.

Ao concluir os estudos secundários, em 1881, João Ribeiro foi para a Bahia, querendo cursar Medicina, porém não se sentiu apto para exercer a profissão. Mudou-se, então, para o Rio de Janeiro, a fim de se inscrever na Escola Politécnica, mas a Engenharia tampouco lhe interessou.

Logo após sua chegada, foi escrita, na Revista Brasileira, um artigo elogioso do crítico literário Sílvio Romero, a respeito dos *Idílios Modernos*, um livro de poesias nunca publicado, escrito por João Ribeiro. Tendo sido apresentado à elite intelectual do Rio de Janeiro, ele

começou a trabalhar como professor particular no Colégio S. Pedro de Alcântara e no Colégio Alberto Brandão. Em paralelo, escreveu para o jornal O Globo, porém sua contribuição não foi abundante.

Em 1884, publicou *Dias de Sol*, um livro de poesias. No ano seguinte, publicou mais um volume de poemas, *Avena e Cítara*. No mesmo ano, tornou-se oficial da secretaria da Biblioteca Nacional, permanecendo no cargo até 1890. Ainda em 1885, João Ribeiro escreveu para o jornal Gazeta de Notícias. Ali publicou seus primeiros estudos de Filologia.

No ano seguinte, submeteu-se ao concurso para a cadeira de Português do Colégio Pedro II, apresentando a tese *Morfologia e colocação de pronomes*. No entanto, não foi aprovado. Apesar disso, escreveu a *Gramática Portuguesa da Infância* e a *Gramática Portuguesa Elementar*, para estudantes da educação básica. Em seguida, escreveu a *Gramática Portuguesa: curso superior*.

Em 1887, começou a escrever diariamente para o jornal Época, na seção “O Velho e o Novo”, além das seções “Crítica Literária”, “Colibri” e “Dolorosas”, assinando com diferentes pseudônimos: Nereu, João Fernandes, Xico Lat, J., N. (Leão, 1954, p. 15). No mesmo ano, deu continuidade a seus estudos filológicos, publicando-os no jornal A Semana.

Em 1888, publicou o *Dicionário Gramatical*. Essa obra foi a primeira do gênero escrita segundo os preceitos do método histórico-comparativo. Além disso, nesse ano, João Ribeiro passou a escrever também na revista Bibliografia Brasileira, que, no ano seguinte, mudou o nome para Revista Sul-Americana.

Além da Sul-Americana, escreveu também, em 1889, para os jornais Correio do Povo e Atravez da Semana, onde assinava com suas iniciais – J. R. – ou com o pseudônimo Rhizoforo. Outrossim, compilou as obras poéticas publicadas anos antes, *Dias de Sol* (1884) e *Avena e Cítara* (1885) em um único volume, *Versos*.

Ainda em 1889, casou-se com D. Maria Luiza da Fonseca Ramos, com quem viveu até o final da vida, durando o matrimônio 45 anos, portanto. O casal gerou dezesseis filhos, dos quais apenas oito sobreviveram. São eles: Vera Marta, Betty, Ema, Xaviera, João, Manuel, Joaquim e Antônio João (Leão, 1954, p. 20–23).

Em 1890, escreveu para o jornal Paiz, na seção Sete Dias, assinando com os pseudônimos XYZ, J. R. e depois passa a assinar seu nome. No mesmo ano, deixou o cargo de oficial da Biblioteca Nacional e passou a fazer parte do corpo docente do Colégio Pedro II, assumindo a cadeira de História Universal e do Brasil. Sua primeira obra sobre a disciplina foi publicada em 1892: *História Antiga: Oriente e Grécia*.

Em 1894, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1895, foi nomeado, pelo Ministro da Justiça, o representante do Brasil no Congresso de Propriedade Literária de Desdre, na Alemanha. Além disso, recebeu a incumbência de estudar o sistema educacional europeu, a fim de verificar quais métodos de ensino poderiam ser adaptados para a melhoria da educação formal no Brasil. Para isso, esteve também na França, na Inglaterra e na Holanda. Durante sua estadia em Berlim, escreveu para a revista *O Mundo Novo*, de circulação local. Ademais, escreveu para jornais brasileiros enquanto esteve na Europa. Leão (1954, p. 28) salienta que João Ribeiro escreveu para o *Jornal do Comércio*, *Dia*, *Comércio de S. Paulo* e para outros jornais, no entanto, não indica quais.

No ano seguinte, ainda na Europa, representou o Brasil na organização do Catálogo Internacional, do Congresso de Catálogo das Ciências Sociais da Royal Society, em Londres. Também publicou a antologia *Autores Contemporâneos*.

Após voltar ao Brasil, em 1898, foi eleito, por unanimidade, imortal da Academia Brasileira de Letras, sucedendo Luís Guimarães Júnior. Foi eleito em 08 de agosto e, como consta no estudo da correspondência de Machado de Assis (ASSIS, 2011, p. 24), “a primeira recepção acadêmica, para João Ribeiro, não ocorreu, como dizem biógrafos e pesquisadores, no dia 30 de novembro de 1898, e sim em 17 de dezembro”. O evento deveria acontecer na primeira data, porém foi adiado.

No Brasil, até o final do século XX, o estudo da história nacional era marcado pela sucessão de governantes e seus feitos durante os mandatos. No entanto, em 1900, João Ribeiro publica *História do Brasil*. Essa obra mudou a maneira de se estudar a disciplina, pois “tratará da formação do povo brasileiro; evidenciará as tendências e características da nossa coletividade; traçará as linhas gerais do nosso desenvolvimento histórico e mostrará a relação da nossa história com o desenvolvimento da cultura ocidental” (ROCHA JR., 2006, p. 5–6). *História do Brasil* foi adotada em todo o sistema educacional brasileiro.

Em 1901, foi adido extraordinário da embaixada brasileira na disputa anglo-brasileira pelo Pirara, área de fronteira entre Roraima e Guiana Inglesa.

Em 1902, publicou *Estudos Filológicos* e, no ano seguinte, dois tomos nos quais estão reunidos e comentados os poemas de um dos maiores poetas do Arcadismo brasileiro, intitulado *Obras poéticas de Cláudio Manoel da Costa*.

Em 1905, publicou mais uma antologia, a *Seleção Clássica*, além de *Páginas de Estética* e *Crepúsculo dos Deuses*, este último é formado pela tradução de contos alemães. Nesse ano, João Ribeiro foi transferido do Colégio Pedro II para o Internato. No ano seguinte, publicou

mais uma antologia, as *Páginas Escolhidas*, além de um trabalho conjunto com seu conterrâneo Sílvio Romero, o *Compêndio de História da Literatura Brasileira*.

Em 1907, foi diretor e maior contribuinte intelectual do Almanaque Brasileiro Garnier, por meio do qual publicou um estudo crítico de *A Arte de Furtar*, cuja autoria era atribuída ao Padre Antônio Vieira.

Em 1908, publicou *Frases Feitas*, em que reúne estudos sobre formas de expressão cristalizadas pela fala popular. Em 1910, publicou *O Fabordão*, que, nas palavras do próprio autor, “é uma serie de pequeninos estudos de bibliografia, *folklore*, filologia, critica documental e outras contribuições menores de vario assunto” (RIBEIRO, 1910, p. 1). Publicou, ainda, outra antologia, intitulada *Satíricos Portugueses*.

No ano seguinte, tornou-se professor de Português no *Pedagogium* e uma peça teatral sua é encenada em 1911 pelos alunos da Escola Dramática, o *Auto das Guerras de Amor*, seu último trabalho escrito em versos, que foi publicado na Revista da Academia Brasileira de Letras, N. 6.

Em 1912, começou a escrever para o jornal Imparcial, utilizando os pseudônimos Jo. Rib., By One, Morfeu, Harpagon, Cresus, Xys, Copista, C. de Figueirinha. Sua atividade nesse periódico durou dez anos.

Em 1913, foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No ano seguinte, em abril, mudou-se para Genebra, Suíça, mas voltou ao Brasil em setembro, devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Tornou-se diretor do Almanaque Alves, em 1916. Dois anos depois, publicou *História Universal* e, no ano seguinte, *O Folclore*. Em 1920, começa a escrever para o Jornal.

Em 1921, João Ribeiro publicou *A Língua Nacional*, em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. Essa obra consiste em 31 estudos sobre a origem de frases populares, etimologia de palavras, bem como considerações sobre a subserviência linguística dos brasileiros à forma portuguesa.

Em 1923, publicou *Colmeia*. No mesmo ano começou a escrever para o jornal Gazeta de Notícias; para o Jornal do Brasil, em 1925; para o Estado de São Paulo, em 1926. Da coluna “Dia Sim, Dia Não”, do Jornal do Brasil, João Ribeiro compilou alguns estudos em um volume intitulado *Curiosidades Verbais*, publicado em 1927. Nesse mesmo ano, foi eleito, compulsoriamente, presidente da Academia Brasileira de Letras, mas apresentou sua renúncia ao cargo em seguida.

Em 1930, escreveu *As nossas Fronteiras*, livro encomendado por Otávio Mangabeira, quando este era ministro das Relações Exteriores. A obra, apesar de ter sido editada, não foi distribuída para as livrarias, conforme indica Leão (1934, p. 85). A venda da edição, no entanto, consta na lista de Oportunidades Bibliográficas do Jornal do Commercio (Livros de Ocasão, 1953, p. 30).

Publicou, em 1932, *História da Civilização e Goethe: notas apressadas de um jornalista*.

Há ainda algumas obras cujas datas não constam nos livros publicados, tampouco são indicadas pelos críticos de João Ribeiro, como as *Notas de um Estudante e Coração*. As *Notas* são a reunião dos artigos publicados no Jornal, acrescido de estudos suplementares pelo próprio autor. Já *Coração* é a tradução da 101ª edição do romance *Cuore – magnum opus* do autor italiano Edmundo de Amicis.

Alguns estudos esparsos de João Ribeiro foram coletados e compilados em livros por seu filho, Joaquim Ribeiro, como *O Elemento Negro e Rudimentos de Filologia Românica*. O primeiro é o objeto de estudo da presente pesquisa e sobre ele tratar-se-á adiante. O outro é uma coletânea de estudos sobre a origem e desenvolvimento do latim, bem como sobre sua importância cultural, política e comercial. Versa também sobre sua transformação nas línguas românicas, como italiano, francês, espanhol e português. Além disso, explicita as mudanças fonéticas, morfológicas e sintáticas que ocorreram na derivação do latim para o português.

Durante a década de 1940, Mucio Leão, discípulo de João Ribeiro, reuniu as obras de seu mestre com a finalidade de que fossem publicadas, porém o projeto foi engavetado, pois os recursos disponibilizados e repassados, por ordem de lei sancionada por Eurico Gaspar Dutra ao Instituto do Livro, não foram utilizados para esse fim. Somente após uma década surgiu a oportunidade de publicação pela Academia Brasileira de Letras, que o fez à medida que seus recursos financeiros o possibilitaram (Leão, 1954).

As *Obras Completas*, no entanto, não foram publicadas. A ABL editou apenas sete volumes, que compreendiam parte da produção sobre crítica literária de João Ribeiro: *Clássicos e Românticos Brasileiros, Poetas: parnasiano e simbolismo, Autores de Ficção, Críticos e Ensaístas, Filólogos, Historiadores, Os Modernos*. Organizando as obras completas, Mucio Leão reuniu 57 volumes, dos quais apenas 24 foram publicados, visto que o restante estava disperso em páginas de jornais e revistas (RODRIGUES, 2013).

Em 1934, depois de uma vida inteira dedicada à pesquisa e divulgação da história social, cultural e linguística brasileira, João Ribeiro falece, deixando para as gerações posteriores um

enorme legado, que merece ser recuperado. Sobre sua morte, Leão (1954, p. 44–47 grifos do autor) relata que

Na manhã do dia 13 [de abril de 1934] [...] o estado [de saúde] do escritor não deixava mais esperanças. A família fez chamar o Padre Barbosa Silva, e João Ribeiro recebeu a extrema unção.

Conservou-se como adormecido durante algumas horas. Em certo momento, voltou a si de letargo em que jazia, e, vendo ao seu lado a esposa em lágrimas, lhe disse: — “Calma.” Foi a sua última palavra. Minutos depois tinha deixado de viver. — O relógio marcava as 4 horas e 16 minutos da tarde.

O diretor da casa de saúde em que João Ribeiro faleceu, o Dr. Estelita Lins, deu como *causa-mortis*, em seu atestado: “Hipertrofia blastomatosa da próstata – não operada. Imediata – *Toxinfecção geral*”.

### 4.3. Descrição do *corpus*

*A Língua Nacional* divide-se em 35 sessões, sendo elas, uma advertência ao leitor, na qual João Ribeiro explica o porquê do título e subtítulo do livro. São 31 capítulos, que compõem o estudo oferecido pelo autor; um índice de coisas, que aprofunda o estudo de palavras que apareceram nos capítulos anteriores, mas não eram os temas deles; um epílogo, em que o autor indica a origem dos textos éditos que reaparecem nessa obra, além de informar que outros textos são inéditos; por fim, há um índice de capítulos, isto é, um sumário.

A primeira edição, de 1921, editada pela Editora Monteiro Lobato e Cia, e a segunda edição, de 1933, editada pela Editora Nacional, ambas em São Paulo, mantêm a mesma estrutura explicitada acima. Diferentemente dessas, a terceira edição, de 1979, editada pela editora Vozes, em Aracaju, é denominada *A Língua Nacional e Outros Estudos Linguísticos*, cujo conteúdo mantém integralmente o texto da segunda edição de *A Língua Nacional*, com alterações ortográficas conforme o acordo vigente naquele ano, seguindo-se de capítulos de outras obras da bibliografia de João Ribeiro, como as *Curiosidades Verbais* (1927).

Há também uma edição em formato digital disponibilizado pela Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil (bvCLB), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), cuja referência, ao final do livro, indica que a citação deve ser feita referindo à data da obra de 1933.

### 4.4. A Língua Nacional – Notas aproveitáveis

O cotejo das diferentes edições mostrou, inicialmente, que a edição disponibilizada pela bvCLB não tem como texto base a segunda edição de *A Língua Nacional* (1933), mas a primeira (1921). Acerca da edição póstuma (1979), além das alterações de ordem ortográfica e correção

de gralhas, verificamos mudanças substantivas (SPINA, 1977) no que cerne à virgulação. Tais mudanças são justificáveis pela norma padrão dos usos atuais de pontuação, visto que essa edição não tem pretensões filológicas de estabelecimento do texto.

Tendo em vista essas questões, descartamos a terceira edição (1979), bem como a da bvCLB, e a primeira (1921); fixamos, portanto, a segunda edição (1933) como texto base para nossa transcrição, visto que ela foi publicada sob revisão de seu autor, conferindo-lhe autenticidade em relação ao produto intelectual final (CASTRO, 1995). Considerando também o problema de pontuação, conservamos as escolhas feitas por João Ribeiro, pois entendemos que editor deve consertar os erros do autor e indicá-los no aparato crítico, respeitando a cultura escrita dele e da época, sem querer substituí-la por outra (CUNHA, 2004; AZEVEDO FILHO, 2006).

Para isso, investigamos a maneira como João Ribeiro entendia os usos da vírgula, ensinados por ele em sua *Grammatica Portugueza*. Segundo o autor (RIBEIRO, 1920), as vírgulas são empregadas conforme o sentido que causam ao texto e a necessidade de respirar durante a leitura. Além disso, considera que as vírgulas devem separar o sujeito do predicado ou o predicado dos seus complementos, uma vez que algum deles seja muito longo, porém ressalva que essas regras não são absolutas.

O cotejo permite verificar as mudanças de pontuação empreendidas pelo editor da terceira edição, tanto por acréscimo quanto por subtração:

1ª Edição (1921)	2ª Edição (1933)	3ª Edição (1979)
diga uma casa “mobilada” que é como se diz em Lisboa.	diga uma casa “mobilada” que é como se diz em Lisboa.	diga uma casa “mobilada”, que é como se diz em Lisboa.
O primeiro e o maior de todos, é o que nos fica vedado todo o progresso nacional.	O primeiro e o maior de todos, é o que nos fica vedado todo o progresso nacional.	O primeiro e o maior de todos é o que nos fica vedado todo o progresso nacional.

Segundo Petri, Schneiders e Scherer (2015), as discussões acerca das diferenças linguísticas do português no Brasil e em Portugal, em prol de uma língua brasileira, ganharam força a partir da década de 1930 e continuam pertinentes ainda hoje. Apesar de João Ribeiro não reconhecer a língua portuguesa falada no Brasil como idioma diferente do falado na Europa, *A Língua Nacional* oferece subsídios desse assunto aos novos pesquisadores acerca das diferenças entre o português europeu e americano. Para João Ribeiro, no entanto, a língua portuguesa do Brasil é tão somente o mesmo idioma enriquecido com a cultura das etnias indígenas e africanas, além da conservação, na América, de palavras e modismos considerados arcaicos em Portugal e da criação de expressões populares originais do Brasil.

Para empreender esse ofício, o autor explica ditos populares e desvenda suas origens, oferecendo, geralmente, vasta e antiga bibliografia em que tais frases ou palavras aparecem registradas na literatura; outras vezes, porém, faz conjecturas não fundamentadas em documentos antigos ou modernos, sempre deixando claro que são suposições. Além disso, evidencia os enganos cometidos por outros autores e fornece uma explicação alternativa para a questão.

A primeira edição de *A Língua Nacional* foi publicada em 1921, às vésperas da comemoração do centenário de Independência do Brasil. João Ribeiro vê nisso a oportunidade de chamar a atenção para a dependência voluntária que os brasileiros mantinham de Portugal quanto à norma padrão da língua e à adequação de registro gramatical e lexical. Os filólogos, gramáticos e literatos brasileiros, até as duas primeiras décadas do século XX, mantinham como critérios de correção gramatical e de apreciação estilística os usos da língua em Portugal.

João Ribeiro defende que todos os fatos de linguagem devem ser entendidos como fenômenos a serem estudados, sem que haja juízo de valor que os defina como fenômenos bons ou maus. As palavras criadas no Brasil, às vezes formadas por radical português ou africano e sufixo indígena, não devem se adequar às formas preferidas dos europeus, pois a construção nacional é igualmente legítima e expressa a inteligência do povo brasileiro.

Exemplo disso, e bem conhecido, é o caso da colocação dos pronomes átonos. Segundo João Ribeiro (1933, p. 11-13), a preferência que o brasileiro dá ao uso da próclise está ligado à suavidade e doçura, isto é, a colocação proclítica revela um pedido, ao passo que o uso da ênclise é duro e imperativo, revela uma ordem. Para o autor, a redução das duas formas à apenas uma extingue a matiz de significação que as diferentes colocações podem oferecer.

Já no campo lexical, João Ribeiro aponta o crescimento vocabular do português no Brasil com a inserção de novas palavras que nomeavam plantas e animais nativas brasileiras, enquanto em Portugal rejeitavam-se os estrangeirismos. Com o passar dos séculos, algumas palavras foram consideradas, em Portugal, brasileirismos, quando eram, na verdade, arcaísmos; já outras ganharam novas acepções.

Para exemplificar essa questão, João Ribeiro oferece as páginas do Visconde de Pedra Branca, que figuram na *Introduction à l'Atlas ethnographique du globe*, de Adrien Balbi, e, segundo nosso filólogo, esse é o documento mais antigo a tratar das diferenças entre o português de Portugal e do Brasil. No entanto, para ele (RIBEIRO, 1933, p. 23), “Haveria que opor ao texto [de Pedra Branca] algumas correções ou restrições”, fazendo isso em seguida, com os vocábulos faceira, tope, capoeira e cécia (esta última geralmente confundida com sécia, por

equívoco na distinção da prosódia do *s* e do *c*). Além disso, explica que há ainda outras palavras com significados diferentes nos dois lugares, como *sótão*, que no Brasil é sempre a parte superior da casa, ao passo que em Portugal pode ser também a inferior.

Se algumas palavras tem sentidos diferentes nos dois lados do Atlântico, há expressões que surjam em Portugal e sobrevivam apenas no Brasil. João Ribeiro relata que do nome do conde de Schomberg derivou a palavra “chumberga”, que foi gíria em Portugal no século XVII e se referia às novidades da moda, em razão de seu jeito de se vestir e de se comportar. O autor oferece vasta bibliografia em que a palavra é registrada como moda ao uso de bigodes à chumberga. A gíria, no entanto, feneceu em Portugal, mas sobreviveu no Brasil, ainda que seu sentido primitivo se tenha perdido, tornando-se a frase “estar na chuberga” sinônimo de “estar bêbado”, “devido a mera sugestão de analogia externa com a palavra *chumbar* e *chumbado* que tem o mesmo significado” (RIBEIRO, 1933, p. 59, grifos do autor).

Outro modismo português que surgiu na antiga metrópole e aqui se conservou é a que diz “nem a gancho”, significando rejeição a qualquer esforço que outrem empregue para que lhe seja feita uma concessão. João Ribeiro explica que a expressão surgiu em Portugal graças ao empenho dos gatunos em fugir dos comerciantes, que eram obrigados por força de lei (*Leis Extravagantes*, de Dom Manuel) a terem um gancho na porta de seus estabelecimentos, a fim de atenderem aos pedidos de socorro de quem gritasse na rua contra um ladrão, tentando capturá-lo com a ferramenta.

Há ainda o contrário: algumas expressões surgiram no Brasil e se popularizaram em Portugal, como a frase “para inglês ver”. João Ribeiro explica que as exigências da Inglaterra para que a escravidão no Brasil acabasse eram acatadas por meio da criação de leis a favor dos negros escravizados. Tais leis, entretanto, não eram cumpridas sequer por quem as criaram e foram instauradas somente para que os ingleses vissem que suas demandas eram aceitas.

Além dessa expressão, há outra, também brasileira, que se popularizou graças a modismos usuais em Portugal, como “dar com os burros n’água” ou “dar com os bodes na areia”. É ela “dar em vaza-barris”. Nas palavras de João Ribeiro, “A frase é brasileira de origem, não ha duvida; porque *Vasa-barris* era o nome do antigo rio Ibirapiranga, em Sergipe, e da formosa costa ou enseada que dali se estende até a embocadura do S. Francisco” (RIBEIRO, 1933, p. 197, grifos do autor). A expressão denota falta de esperança, em razão da grande quantidade de naufrágio que naquele rio aconteceram.

Não basta, contudo, que uma expressão seja portuguesa para que ela seja conhecida por todos os falantes da língua. João Ribeiro mostra que a expressão “beber água de chocalho” era

desconhecida no sul do Brasil, mas muito popular no norte<sup>2</sup>, e tem origem na medicina popular, pois sugere que uma criança que ainda não aprendeu a falar beba água em um chocalho a fim de que ela desenvolva essa habilidade. Já outra expressão conhecida no extremo sul é “boi corneta”, boi que tem apenas um chifre e “não é temido pela valentia, mas pela intrujice e por se ingerir onde não é chamado” (RIBEIRO, 1933, p. 43-44). O autor alerta que não se deve confundir “boi corneta” e “boitató”, uma vez que em nada se aproxima o significado dos dois, pois o último é de origem tupi (mboy-tatá) e significa literalmente “cobra de fogo”.

Nessa direção, João Ribeiro mostra ditos indígenas que se vulgarizaram na língua portuguesa, além de explicar as mudanças de significado a que foram submetidos durante o tempo. O filólogo explica que as palavras “pindaíba” e “embira” significam cipó ou pau recurvo. Dessa forma, o sentido da expressão “estar na pindaíba” ou “estar na embira” é o de estar amarrado, correndo risco de vida. No entanto, “A civilização trocou essas dificuldades naturais pela de dinheiro” (RIBEIRO, 1933, p. 51).

Além desse, há outro vocábulo tupi cujo significado João Ribeiro não explica em nome da decência da época, apenas deixa a entender. Trata-se de “tibi”, que originalmente significava “ânus”, mas o sentido de “tibi”, bem como o de “vote”, perderam a conotação de palavra de baixo calão e passaram a ser empregadas como ironia. “Vote” ainda é palavra empregada no interior de Sergipe como interjeição que expressa surpresa desagradável.

As vozes africanas trazidas para o Brasil pelo tráfico humano também enriqueceram o léxico português com novas palavras e expressões. A frase “estar de calundu”, por exemplo, significa “estar introspectivo”. Segundo João Ribeiro (1933, p. 120), o calundu “é o deus que governa os destinos do homem”. Além dessa expressão, elucida a proximidade semântica entre os vocábulos “quilombo” e “mocambo”, pois ambos passaram a significar “ajuntamento de negros”. A diferença, no entanto, está em o primeiro ser um lugar de reorganização social conforme os costumes das etnias africanas, em fuga da escravidão imposta pelos brancos, e o segundo ser um lugar reservado às escravas que serviam de objeto sexual.

Apesar de a influência das línguas indígenas e africanas agregarem numerosos ditos populares e vocábulos, além da conservação de palavras esquecidas em Portugal, mas usuais no Brasil, João Ribeiro lembra o leitor de que há outras contribuições para o enriquecimento do léxico português. “Alarife”, por exemplo, segundo João Ribeiro, é palavra árabe conhecida somente no Rio Grande do Sul e significa mestre de obras ou arquiteto.

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar que a divisão territorial em regiões quando João Ribeiro publicou *A Língua Nacional* não tinha a mesma classificação que tem hoje. Naquela época, dividia-se o Brasil em extremo norte, norte, extremo sul, sul.

Outro modismo antigo que ele analisa desvenda a origem é “É tempo de murici, cada um cuide de si”. Explica que murici é uma planta inofensiva; portanto, não parece apresentar perigo a qualquer pessoa. O “murici” da expressão, no entanto, nada tem que ver com a planta. O filólogo explica que “uma das grandes calamidades da Índia era o *morexi* ou *murixy*, nome indiano e asiático do *cholera-morbus* [...]. Terrível epidemia de *morexi* foi a que houve em Gôa, no inverno de 1543” (RIBEIRO, 1933, p. 181, grifos do autor). Ele relata que a doença matava os enfermos em um único dia de contágio; disso, resultou o pânico da epidemia e sentido egoísta daquela frase.

João Ribeiro atribui ao seu livro o subtítulo “Notas Aproveitáveis”, que, segundo suas palavras, “endereço-se principalmente à curiosidade dos amadores e estudiosos do idioma português na América” (RIBEIRO, 1933, p. 6). O que foi exposto até aqui mostra a importância das notas aproveitáveis de João Ribeiro para o estudo da língua portuguesa, principalmente para o campo lexical.

A reedição filológica dessa obra possibilita a difusão das pesquisas etimológicas de João Ribeiro, a conservação de sua produção intelectual, a correção dos erros editoriais e das referências imprecisas do autor, que, possivelmente, por vezes, ele as registrou de memória. Exemplo disso, é a citação de versos do terceiro tomo de *Vidas e Feitos*, de Francisco Manoel Gomes da Silveira Malhão, indicado por João Ribeiro como inscrito na página 31, estando na verdade na página 29; além de o autor de *Vidas e Feitos* ser indicado apenas como Malhão.

Dificuldade maior é apresentada em outro trecho de *A Língua Nacional*, em razão de uma referência feita a Freytag, sem que João Ribeiro indicasse o prenome do autor ou qualquer obra sua. Nossa pesquisa, no entanto, nos indicou que o autor sergipano fazia referência ao escritor alemão George Freytag e a seu *Lexicon Arabico-Latinum* (1830). A lição em que João Ribeiro o cita dizia respeito a uma conjectura sua acerca de uma possível derivação árabe da palavra “chácara”, seguida de uma citação latina, sem que houvesse menção ao livro de Freytag. Apesar das dificuldades, encontramos-a no referido livro do autor, situada na página 414.

Na reedição que realizamos, coletamos e disponibilizamos ao leitor, na medida do possível, em respeito ao artigo 41 da Lei 9610/98, que torna públicos os direitos autorais após setenta anos do ano subsequente ao falecimento do autor (BRASIL, 1998), as referências de que João Ribeiro se serviu para realizar seus estudos. Elas constam em um índice, com as referências completas, conforme a norma NBR 6023:2018 (ABNT, 2018), e links para acessá-las. Dessa forma, o leitor terá a oportunidade de ler as mesmas obras que o autor de *A Língua Nacional* leu para compor o seu trabalho. Além desse índice, há outro, em que os autores citados

por João Ribeiro figuram em ordem alfabética, com uma pequena biografia que indica ano de nascimento e de morte e obras escritas por eles.

Ademais, consertamos as gralhas, isto é, as falhas mecânicas da casa editorial. Substituímos, na página 86, “una cuarta **d e** azucar” por “una cuarta **de** azucar”; na página 118, “qual no-lo descreve **aque e** poeta seiscentista” por “qual no-lo descreve **aquele** poeta seiscentista”; na página 185, “quando a conferimos com os elementos **e imologicos** donde foi tirada” por “quando a conferimos com os elementos **etimológicos** donde foi tirada” e, na mesma página, “**po s** como dissemos” por “**pois** como dissemos”; na página 202, “Muitos dos *vícios dialetais* **dano ssa** linguagem” por “Muitos dos *vícios dialetais* **da nossa** linguagem”; na página 208, “E’ o mesmo conceito de que á *noruega* **fal ece** a luz e o sol” por “É o mesmo conceito de que à *noruega* **falece** a luz e o sol”; na página 231, corrigimos três gralhas, “Frases e locuções brasileiras não têm **c nstituido** objeto especial dos nossos investigadores. Não parece assunto aprazível; os nossos estudiosos da **lin ua** só discutem questões de **nalise** gramatical” por “Frases e locuções brasileiras não têm **constituído** objeto especial dos nossos investigadores. Não parece assunto aprazível; os nossos estudiosos da **língua** só discutem questões de **análise** gramatical”; na página 240, “— Qual o quê! Seu João não **ente!**” por “— Qual o quê! Seu João não **mente!**”.

#### 4.5. Normas de transcrição

As normas adotadas para a reedição de *A Língua Nacional* correspondem às que foram utilizadas por Silva (2007, p. 63-64), para a reedição da obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de André João Antonil, com adaptações. São elas:

- Atualizamos a ortografia, conforme o Acordo Ortográfico de 1990;
- Conservamos a pontuação empregada pelo autor;
- Respeitamos a divisão do texto em parágrafos;
- Respeitamos a grafia de nomes de pessoas e títulos de livros;
- Respeitamos a grafia de palavras estrangeiras;
- Modificamos o uso do apóstrofo pelo acento agudo, quando o primeiro faz as vezes do segundo: “E’ inútil demonstrar a tolice desse anacronismo léxico” por “É inútil demonstrar a tolice desse anacronismo léxico”;
- Modificamos o uso do acento agudo pelo acento grave, quando o primeiro faz as vezes do segundo: “[...] pague tributo **á** submissão das palavras” por “[...] pague tributo **à** submissão das palavras”;

- Notas de rodapé inseridas por João Ribeiro foram identificadas com “N. de J.R.”;
- Notas de rodapé inseridas pelo editor foram identificadas com “N. do E.”.
- Trechos do texto em língua estrangeira foram traduzidos em nota de rodapé e identificados com “T. do E.”.

## 5. Transcrição de algumas páginas, à título de exemplo

Para exemplificar o que foi feito durante o período em que trabalhamos com *A Língua Nacional*, oferecemos a seguir, à guisa de exemplo, algumas páginas editadas.

### IDIOTISMOS

No estudo dos brasileirismos são frequentes as particularidades idiomáticas que da língua geral dos índios passaram à língua nacional acrescentando-a de matizes expressivos que faltam ao idioma europeu.

Uma delas e assaz conhecida é o sufixo — *uêra-guêra* do tupi que empresta aos nomes uma *nuance* nova: a do tempo passado.

Destarte certos nomes têm verdadeiro tempo como se foram verbos:

*Taba* (aldeia) — (*taba-êra*) *tapêra*, aldeia que foi ou em ruína

*Capão* (ilha de mato) — (*Capaum-êra*) *capoeira*, mato que foi, mato nascido de novo, após a destruição da floresta virgem.

*Tiguêra* — segunda roça ou colheita; roça que foi.

*Manipuêra* — A *manib* (mandioca) que foi, resíduo venenoso que fica da mandioca aproveitada

E assim, *ipuêra*, *cruêra*, *quirera*, *anhanguera*, *pacuêra*, etc.

Vejamos outro idiotismo curioso.

Os índios da língua geral foram os que, deste lado do Atlântico, mais enriqueceram e deram fluidez à língua perra de Camões e do dr. Antonio Ferreira.

Nos tempos da Arcádia, Filinto Elisio e outros, abominando os circunlóquios, meteram-se a inventar adjetivos sesquipedais, o *ebri-festante*, o *fulvi-ruivo-ígneo*, o *capri-barbi-cornípede* e quejandos...

Os índios, mais discretos e naturais, deram-nos a faculdade de compor algumas palavras admiráveis.

Entre elas, o sufixo *rana*, por exemplo, servia para indicar as coisas parecidas a outras e que podiam entrar no mesmo gênero.

*Canrana* ficou sendo uma vegetação igual à das canas, tão comuns à borda das lagoas e dos rios.

Destarte, no extremo norte, achou-se o termo *brancarana* para indicar a mestiça alva, que parece branca, como toda a gente.

Um dos nossos velhos poetas, Bitencourt Sampaio, traduzindo os *Poemas da Escravidão* (*Poems on Slavery*), de Longfellow, empregou, com grande felicidade, a palavra *brancarana* — a mulata branca, a *quadroon girl*, do poeta americano.

*Brancarana* é uma expressão corrente no Maranhão, onde o povo, até os fins do século XVIII, ainda falava o tupi. E a *brancarana* é bem o tipo desenhado pelo grande poeta americano, de grandes olhos luminosos:

*Her eyes were large and full of light...*<sup>3</sup>

de pele clara e cetinosa.

Parece que o vocábulo brasileiro, que não é usado no sul, foi comunicado ao nosso poeta por outro, o saudoso Joaquim Serra.

Com a desapareição das raças coloradas, caldeadas de elementos brancos, é cada vez mais bela e mais numerosa a *brancarana* patricia.

Não é menos notável o *plural de plural* tão frequentemente fixado em vocábulos brasileiros.

A palavra *naná* como diziam os primeiros jesuítas Nobrega e Anchieta, e também o disse e escreveu Lery, todos do século XVI, foi se transformando em *ananá* e no plural *ananás*; este plural é hoje singularíssimo e costumamos a pluralizá-lo dizendo *ananases*, quando nos referimos a mais de um *ananás* ou *ananá*.

O índio goitacá compunha várias hordas da região fluminense, e, sendo numeroso, eram naturalmente chamados os *goitacás* — mas hoje singularizado esse plural, formamos outro único, os *goitacazes*.

Outros idiotismos vocabulares *família*, *encrenca*, *botar* figuram no Índice.

E, *last not least*, há a questão dos pronomes...

---

<sup>3</sup> Primeiro verso da sétima estrofe do poema *The Quadroon Girl* (1866), de Henry Longfellow (1807-1882), composto por doze quadras. (N. do E.).

## 6. Conclusões

Inicialmente, foi intenção de João Ribeiro a publicação de *A Língua Nacional*, em 1921, às vésperas do centenário de Independência do Brasil, em comemoração à essa data. Cem anos depois, reeditamos sua obra conforme o rigor teórico-metodológico da Crítica Textual, para ser publicada pela editora Brazil Publishing e Editora UFS, em 2021, em formatos físico e digital.

Alguns exemplares serão distribuídos para bibliotecas de universidades do Brasil e de Portugal, além de instituições da qual João Ribeiro fez parte, como a Academia Brasileira de Letras, ou que salvaguardam sua memória, como a Casa de Cultura João Ribeiro.

## 7. Perspectivas de futuros trabalhos

As obras de João Ribeiro contribuíram muito para o estudo da língua portuguesa e são ainda fontes importantes para tal propósito. Tendo isso em vista, além de promover o resgate da produção intelectual desse autor com o presente projeto, o PIBIC suscitou no discente-pesquisador o interesse pela continuidade dele em outros níveis acadêmicos, isto é, mestrado e doutorado.

Ademais, planejamos discutir os resultados desse plano de trabalho futuramente em artigos científicos.

## 8. Referências bibliográficas

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 6023**. 2 ed. Rio de Janeiro, 2018.

ASSIS, M. **Correspondência de Machado de Assis**: Tomo III – 1890-1900. Coordenação de Sergio Paulo Rouanet. Organização de Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011. 3v.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. Sobre o conceito de edição crítica. **Humanitas**, 58, 2006, p. 15-22.

BASSETTO, B. F. Conceito de Filologia. **Philologus**. Rio de Janeiro, ano 4. n° 12, 2000. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/12/06.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998. Brasília: **DOU Diário Oficial da União**. Publicado no D.O.U. de 20 de fevereiro de 1998. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92175/lei-de-direitos-autorais-lei-9610-98#art-41referencias>>. Acesso em: 13 de ago. de 2021.

- CAMBRAIA, C. N. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CASTRO, Ivo. Filologia. Biblos. In.: **Enciclopédia Verbo das literaturas de língua portuguesa**. Lisboa: Verbo, 1995.
- CUNHA, Celso. Sobre a tipologia dos erros ou variantes em crítica textual. In: CUNHA, Celso; PEREIRA, Cilene da Cunha (org.). **Sob a pele das palavras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Academia Brasileira de Letras, 2004, pp. 329-340.
- FERREIRA, P. Filologia como curadoria: o caso Pessoa. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 18, n. 2, p. 231-262, 12 dez. 2016.
- HOUAISS, Antônio. **Elementos de Bibliologia**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983.
- LEÃO, M. **João Ribeiro**: Estudos críticos. Rio de Janeiro: Alba Limitada, 1934.
- LEÃO, M. **João Ribeiro**: Ensaio biobibliográfico. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1954.
- LIVROS DE OCASIÃO. Oportunidades Bibliográficas. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 25 out. 1953, p. 30. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_14/22311](http://memoria.bn.br/docreader/364568_14/22311). Acesso em: 09 jun. 2020.
- PETRI, Verli; SCHNEIDERS, Caroline; SCHERER, Amanda. “A língua nacional” de João Ribeiro: alguns apontamentos. **Polifonia**, v. 22, n. 31, p. 53-72, 2015.
- RIBEIRO, João. **O Fabordão**: crônica de vários assuntos. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910.
- RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza**. 19 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.
- RIBEIRO, João. **A Língua Nacional**. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1933.
- ROCHA JR., R. A. **João Ribeiro**: Entre História, Gramática e Filologia. 2006. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/36/06.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.
- RODRIGUES, R. R. Traços biográficos de João Ribeiro ou as muitas faces de João. **História**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 377-400, jan/jun 2013.
- SILVA, A. M. D. Normas da presente reedição. In: ANTONIL, A. J. **Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas**. São Paulo: Editora USP, 2007, pp. 63-64.
- SPAGGIARI, B.; PERUGI, M. **Fundamentos da Crítica Textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- SPINA, S. **Introdução à Ecdótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix, 1977.

## **9. Outras atividades**

Ao decorrer da pesquisa, houve participação do discente-pesquisador em eventos relacionados à Filologia, como “Da edição crítica como arqueologia do texto”, “Fontes e arquivos nos estudos pombalinos”, “I Colóquio de Filologia e História: documentação histórica e narrativas de violência e de resistência nos séculos XVIII e XIX”.

Além disso, foram apresentados trabalhos em eventos, como “Edição Filológica de ‘O Elemento Negro’, de João Ribeiro”, na XXVIII Jornada do Grupo de Estudos Linguísticos e Literários do Nordeste (GELNE); e “Revisitando João Ribeiro: Reedição de ‘O Elemento Negro’ e ‘A Língua Nacional’ à luz da Filologia, no V Congresso Internacional de Linguística Histórica: Constelações Diacrônicas. Em setembro, será apresentado o trabalho “Notícias sobre a reedição filológica de ‘A Língua Nacional’, de João Ribeiro”, no X Seminário de Estudos Filológicos.

Houve, outrossim, participação em cursos e eventos relacionados a práticas acadêmicas, como o curso “Práticas de Leitura e Escrita Acadêmicas”.